

# BOLETIM DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

UNIFESP GUARULHOS - Comando de greve 2012

17 de abril de 2012, 1ª edição



Uma das principais preocupações dessa Comissão - quando se propôs a representar o Movimento Estudantil da Unifesp de Guarulhos – foi levantar a bandeira da união e fortificação do nosso Movimento, compartilhando anseios e buscando resultados satisfatórios para as dificuldades enfrentadas no dia-dia. Nesse sentido, engajamos o projeto de lançamento desse informativo, objetivando aperfeiçoar a comunicação entre todos os estudantes, sejam contrário ou pró a greve, esclarecendo, incentivando a participação pelo acompanhamento das atividades, pela troca de ideias e experiências, abordando sempre temas atuais e que viabilizem a concentração dos esforços na busca de soluções para as nossas questões (de interesse coletivo). A eficácia desse meio de comunicação, entretanto, está diretamente condicionada à interatividade e a participação dos colegas, melhorando continuamente em busca de firmamento do Movimento Estudantil na EFLCH.

Comissão de comunicação do comando de greve

Visite o blog oficial  
do movimento:

(+) <http://greveunifesp.wordpress.com/>

# O APITO DA PANELA DE PRESSÃO

por Bruno Henrique

O que está colocado por tempo indeterminado, e os professores paralisaram por uma semana suas atividades, é a luta por um projeto de Universidade, mesmo que os envolvidos ainda não tenham total clareza disso. A clareza ajuda, mas não é tudo no momento. É preciso saber se os agentes envolvidos nesse processo serão capazes de levar adiante um projeto que seja além de ser as ruínas da educação sucateada ou semi-sucateada por um lado, e por outro, as fundações privadas direcionando a verba de ensino, pesquisa e extensão, na sua ampla maioria, para os projetos mercadológicos.

Ocorre que hoje, temos um agravante. A crise que tinha seu prelúdio nas greves e ocupações de 2007 e 2008, primeiros anos de vida do campus Guarulhos da UNIFESP, apresenta-se como desdobramentos de um fragmentário trailer de um cinema não muito novo, apesar de ser também um cinema da fome – ou de fome. E se uma imagem pudesse definir 2007 a 2012 seria uma imagem de uma grande panela de pressão, apitando cada vez mais alto.

O que estamos passando é uma crise política sem precedentes. A Reitoria, apesar de permanecer aparentemente firme, mesmo que seja ano da presidenta da República renovar o carimbo do Reitor da UNIFESP – para Albertogalvano ou algum outro desta quadrilha –; podemos ver que o agravante da situação em toda a Universidade é de caos, de problemas estruturais, administrativos, financeiros, em suma: uma política desastrosa de entreguismo da Universidade aos interesses mais sórdidos do capital. E para se manter de pé, essa Reitoria realiza uma política de isolamento dos campi que conseguem se mobilizar, combinando uma política de criminalizar e reprimir toda forma de oposição e luta que se fomenta na Universidade.

Universidade: espaço conhecido como um território do livre saber, da livre manifestação política, da livre produção de conhecimento. Vemos que esse é o projeto que é negado dia após dias pela burocracia universitária, apoiada pelos governos vigentes. E para tentar silenciar: repressão policial, sindicância, proibições, entre outras formas de sufocar as vozes que não se submetem ao projeto bárbaro da entrega da Universidade para o capital.

E nessa situação, em que o movimento levanta como sua principal bandeira a derrubada imediata dos 48 estudantes acusados pela PF e pelo MPF, sob acusação de formação de quadrilha, pela ocupação da reitoria; por certa ironia, é justamente nesse momento que vemos professores da Congregação da EFLCH da UNIFESP, campus Guarulhos, insistirem para que se impeçam os piquetes, além da Diretoria Acadêmica publicar uma moção de repúdio aos **“atos violentos do Movimento Estudantil”** sem ter o mínimo conhecimento de causa, tomando as verdades por opiniões, numa situação simplesmente quixotesca, abrindo espaço para instaurar uma sindicância aos estudantes que foram garantir a greve, sendo alvo de calúnias e difamações por parte de um setor mais atrasado entre os professores desta Universidade que tem, como intuito, eliminar totalmente qualquer forma de organização, mobilização e luta política dentro da Universidade.

Mas aqui cabe a pergunta: a caça às bruxas seria somente a estudantes? Não estaria havendo uma perseguição política a professores mais progressistas e atuantes, tendo em vista intimidar os professores que não se enquadram nesse joguete político-institucional?

Com esta tendência colocada – que só pode ser manifestação de desespero dessa burocracia, que expressa o seu esgotamento e ausência de projeto na repressão às vozes dissonantes – o que significaria os professores voltarem às salas de aula, chamando os estudantes para acabarem com a greve e o que significaria a greve estudantil acabar? Seria avançar um rolo compressor nos diversos estudantes e professores mais atuantes, com perseguições políticas, sindicâncias e variantes.

A crise política que vivemos, sem precedentes, que se manifesta localmente, e que tem sua raiz na Reitoria dessa Universidade – que, por sua vez, é a crise da Universidade há décadas, que expressa a agonia das Instituições no sistema capitalista – aponta um o esgotamento do atual modo de ensino: o deus-diploma sob a base de uma formação precária, uma educação sucateada. A GREVE coloca em questão que projeto de Universidade os estudantes levarão adiante.

A melhor forma de avançar nesse luta é levar adiante a mobilização para outros campi e outras Escolas e Universidades; forçar a negociação com a Reitoria; demonstrar a força do movimento. Conquistar nossa pauta é atestar o poder estudantil, o poder da maioria mobilizada. É atestar de onde deve emanar o poder? Da burocracia universitária, parasitária em seus desvios de verbas, ou dos setores diretamente envolvidos no processo de produção acadêmica, intelectual, política?

Aqui cabe levantar a questão da correlação de forças. Esta, não é uma equação numérica. A Reitoria aparenta estar muito forte, mas é somente por não ter sofrido nenhum movimento mais firme e ousado dos estudantes que ele permanece de pé. O poder da burocracia é frágil. Ele próprio cria as contradições que levam os estudantes e trabalhadores da Universidade a colocar esse poder em xeque.

O salto político desta greve – ao chegarmos próximo de 1 mês de greve – são as atividades unificadas de toda UNIFESP, como atos e Assembleias unificadas. A UNIFESP, sob a mira de uma mobilização forte e intensa, não resistirá por muito tempo. Em breve o dossiê do movimento estudantil irá pôr às claras, a amplos setores da população que a quadrilha está na Reitoria e que os processados não devem ser os estudantes, mas a própria Administração da UNIFESP. Isso mostrará que os problemas de infra-estrutura tem sua raiz, não nas licitações ou processos jurídicos-legais, mas muito mais, nessa máfia de parcerias público-privadas, de fundações privadas para Instituições públicas.

Assim, nesse momento de profunda crise política na Universidade, a **CONTINUIDADE DA GREVE** traz a conquista das reivindicações de estrutura, acesso e permanência, e traz também, o frágil esquema corrupto de governar e administrar a Universidade; assim como também garante que não haja um forte ataque político de enquadrar, como e enquanto crime, a organização, mobilização e luta por uma Universidade Livre, crítica, formadora, pública, gratuita, que possa por abaixo os muros que nos aprisionam em nosso próprio atraso social.



# ASSEMBLÉIA GERAL DOS ESTUDANTES!!!

Exortamos a todos os discentes deste campus da Universidade Federal de São Paulo a comparecerem à Assembléia Geral dos estudantes a realizar-se nesta quarta-feira, 18 de abril, às 19:00 no Pátio Central.

Os estudantes do campus Guarulhos discutirão e deliberarão acerca da nossa pauta de reivindicações à Diretoria do campus/Reitoria/MEC.

Discutiremos também o ato inter-campi a realizar-se na sexta-feira, 20 de abril, na nova sede da reitoria em São Paulo.



## ATO NA REITORIA

Exortamos a todos os estudantes de todos os campi da Universidade Federal de São Paulo a comparecerem ao ATO na REITORIA nesta sexta-feira, 20 de abril.

Um manifesto feito por estudantes de TODOS os campi da Unifesp será entregue ao reitor, em ato. E o Movimento estudantil de Guarulhos irá entregar a carta de reivindicações para o reitor exigindo data para reunião de negociação.

A concentração para o ato acontecerá no DCE, às 13h00, na vila Clementino. Haverá passeata desde o DCE até o novo prédio da Reitoria, no Ibirapuera. Após o ato haverá uma plenária para avaliar os próximos passos da articulação inter-campi e próximas ações do movimento.

**CONVOCAMOS A TODOS OS ESTUDANTES DA UNIFESP PARA QUE COMPAREÇAM!**

# BREVE HISTÓRIA SOBRE AS FUNDAÇÕES DE APOIO UNIFESP

..... por Adélia Prado

A situação chegou a tal altura crítica que ao invés da Unifesp dar as diretrizes da FAP, a FAP passou a dar as diretrizes à Unifesp. O exemplo disso está no atual Estatuto que privilegia a adoção desses órgãos em camadas deliberativas da própria comunidade acadêmica.

Ainda que muito se fale sobre o problema das fundações, poucas pessoas conhecem sua história e as contradições da parceria público-privada requer um debate mais profundo do que se imagina. Nesse sentido, traçamos aqui um breve histórico para em poucos passos caminhar com tenacidade crítica que o problema por si impõe: Para ter clareza sobre a questão público-privada na Unifesp, é necessário retornar ao ano de 1933 quando um grupo de médicos resolve fundar a Escola Paulista de Medicina (EPM) e pouco depois o Hospital São Paulo (HSP). Sem recursos advindos de órgãos públicos, o grupo opta em criar uma sociedade civil sem fins lucrativos chamada Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – hoje SPDM.

Com efeito, a marcha (ir) regular da história caminha a passos largos e em 1956 a EPM se federaliza, entretanto, o seu hospital continua a ser um órgão privado. Dá-se início ao processo de “confusão” burocrática – que curiosamente se estenderá até nossos dias – por dois fatos: De um lado, temos a federalização que se incorpora ao plano administrativo do ministério público e sua legislação. De outra parte, a SPDM continua sendo a mantenedora do hospital escola, acumulando para si milhares de improbidades administrativas pela falta de visibilidade e um fio condutor de planejamento que conciliasse os interesses supostamente antagônicos. Em suma, temos um problema dualista: metade privado, quando se refere ao atendimento especializado de médicos a população e a utilização do hospital[1], metade pública, com a federalização da Escola que ensina gratuitamente, causando uma confusão na gestão. Essa confusão ganha grande levitação quando Fernando Henrique Cardoso assume a presidência e transforma a antiga EPM em Universidade Federal. Sua política convertida ao neoliberalismo estabelece que as universidades flexibilizem a captação de recursos para viabilizar financeiramente as instituições. Significando assim, que as universidades passem deliberadamente a criar órgãos de privatização de serviços para tornar viáveis os recursos financeiros que deveriam vir dos impostos, fazendo com que os cidadãos paguem duas vezes, a primeira via imposto e a segunda via pagamento de cursos e serviços. O problema do problema.

Inicia-se aí, os chamados “centros de estudos” que na gestão do reitor Hélio Egydio (1995-2003) crescem desenfreadamente e, obviamente os departamentos com potencial de vendas de serviços, gozam alegremente da recompensa que recebem chegando a ter até dez centros de mercantilização do ensino. Durante este período a Unifesp defende abertamente o modelo de captação de recursos junto à iniciativa privada, que garantia rentabilidade através da venda de serviços de atendimento hospitalar, cursos de especialização pagos e convênios rentáveis com a pesquisa da iniciativa privada empresarial no plano da farmacologia e afins. A SPDM e os tais “centros de estudos” passam categoricamente a assumir papel de fundações, mesmo juridicamente não sendo reconhecidas como tal.

**“o crescimento endêmico da Fundação que gerencia mais de 100 cursos pagos e 40 convênios de pesquisa com a iniciativa privada, fez com que houvesse num momento anterior a expansão precária, mais estudantes matriculados em cursos pagos do que graduando e pós-graduando caracterizando que a Unifesp transferiu para FAP funções institucionais como o ensino e pesquisa”.**

Assim, em 2002 o Tribunal de Contas da União (TCU) por meio de denúncia anônima resolve fazer uma auditoria “especial” na Universidade e constata a ilegalidade dos centros, e imperiosamente ameaça fechá-los. Mas com as mágicas lúgubres das brechas legislativas os 36! Centros junto ao Conselho Universitário (CONSU) resolvem concentrar-se em apenas um. Nasce a Fundação (FAP) imediatamente reconhecida como órgão suplementar de apoio credenciadas no ministério da Educação e da Ciência e Tecnologia. Amparada e efetivada pelo CONSU e pelo antigo reitor Ulisses Fagundes Neto – que, diga-se de passagem, envolveu-se no escândalo dos cartões. A ideia premente era de centralizar fazendo com que alguns membros do Conselho Universitário participassem ativamente no Conselho Curador que determina diretrizes da FAP. O que por si já caracteriza acúmulo indevido de funções e conflito de interesses, numa linha afrodisiaca entre o público e o privado.

A situação chegou, desse modo, a tal altura crítica que ao invés da Unifesp dar as diretrizes da FAP, a FAP passou a dar as diretrizes à Unifesp. O exemplo disso está no atual Estatuto que privilegia a adoção desses órgãos em camadas deliberativas da própria comunidade acadêmica. Não obstante, o crescimento endêmico da fundação que gerencia mais de 100 cursos pagos e 40 convênios de pesquisa com a iniciativa privada fez com que houvesse num momento anterior a expansão precária, mais estudantes matriculados em cursos pagos do que graduando e pós-graduando caracterizando que a Unifesp transferiu para FAP funções institucionais como o ensino e pesquisa. Vale ressaltar que há ainda, mais duas fundações que não detém registro no Ministério da Educação: Fundação Oswaldo Ramos e a Fundação Instituto Diagnóstico por Imagem (FIDI).

[1] É necessário ressaltar o processo de luta da ADUNIFESP desencadeado para tornar o hospital (HSP) federalizado.



Como vimos, portanto, o processo de privatização cada vez mais ganha seu hegemônico lugar ao Sol, consequente a isso, a elitização sumária do ensino, propagada pela lógica da expansão sem qualidade, faz com que os recursos se detenham ainda mais nas fundações já referidas pelo seu poder conquistado habilmente. Aos docentes, discentes e servidores cabem à ilegítima relação de dependência deixando-os como o Pedro pedreiro, esperando, esperando, esperando...

## Perguntas que ficam:

As Fundações são a saída para elevar o nível estrutural de ensino?

O privilégio dado à parceria público-privada na universidade garantiu realmente o direito do acesso aos cidadãos empreendido pelo seu irrevogável dever de pagar impostos?

A lógica empresarial se importa com a educação?

A falta de transparência e concentração de poderes na Fundação não seria sinal de ineficiência burocrática e diversas improbidades feitas com o dinheiro público?

O que tem haver as diversas áreas do saber, com a lógica produtivista das pesquisas privadas?

## Como vulgarmente se fala... Fica a Dica!

### O GRANDE APOIO INSTITUCIONAL QUE A FAP NOS CONCEDEU EM 2010<sup>1</sup>

O apoio institucional é a parcela adicional de recursos calculada sobre o total concedido ao projeto de pesquisa<sup>2</sup>. Os números abaixo, mostram a significância do Campus Guarulhos para os membros curadores da FAP, em especial o Reitor Walter Manna Albertoni.

Só para lembrar: Nosso diretor acadêmico disse em alto som que defende a FAP  
O processo de 2010 teve a seguinte destinação:

#### Processo 10/52477-7 – Prof. Dr. Arnaldo Lopes Colombo



Demanda Institucional - R\$ 2 1.118.000  
Demanda departamental - R\$ 18 662.454  
Demanda campus sp - R\$ 13 569.443  
Demanda campus Diadema - R\$ 2 52.966  
Demanda campus bs - R\$ 2 33.178  
Demanda campus Guarulhos - R\$ 1 6.867  
Demanda competitiva - R\$ 10 926.000  
Demanda campus sp - R\$ 7 734.800  
Demanda campus bs - R\$ 1 110.720  
Demanda campus sjc - R\$ 1 50.040  
Demanda campus Diadema - R\$ 1 30.440  
Demanda total 30 - R\$ 2.706.454

[1] Ainda não foi fornecido o relatório de gestão 2011.

[2] Ver: relatório FAP, 2010.

# DO “CONSTRUTIVISMO” ACADÊMICO – AULAS EMBAIXO DE ÁRVORES COMO PROPOSTA DE REFLEXÃO SOBRE OS FATORES DETERMINANTES PARA UM ENSINO DE QUALIDADE

..... por Jess Quirino

Muitos acadêmicos ainda acreditam que a infra-estrutura de uma universidade é apenas um detalhe no processo educativo e que não representa algo imprescindível para a garantia de um ensino de qualidade. Não é de se admirar que um reitor acredite que garantindo o pedagógico os alunos podem até ter aula embaixo de árvores. Mas será que efetivamente o pedagógico basta? Uma reflexão baseada na própria vivência acadêmica.

Para quem não se lembra, o comentário sobre aulas embaixo de árvores veio do Reitor Albertoni em 2010, em uma entrevista para um grande jornal:

*“O mais importante em uma Universidade é professor bom e alunos bem selecionados. Com isso pode dar aula até embaixo da árvore...”*

Na época que recebi essa informação, refleti sobre isso por um tempo, e confesso tive uma postura de concordância com essa frase em um primeiro momento. Acabei por reproduzir um discurso muito comum, porque eu acreditava que os estudantes deveriam trabalhar para garantir condições para estudar. Interessante pensar nesse discurso, pois trabalhadora desde os 16 anos, entrei na academia com um emprego que me ocupava das 09:00hrs da manhã até as 19:00hrs, isso quando não me tomava a noite também. Mesmo com dificuldades de estudar, não me passava pela cabeça abandonar o emprego de forma alguma. Permaneci nessa decisão e ela me rendeu uma reprovação logo no primeiro semestre. Por ironia do destino, matéria ministrada pelo nosso digníssimo diretor acadêmico *Profº Drº Marcos Cezar*, da qual eu tinha dificuldade enorme de acompanhar por ser uma disciplina de cunho muito teórico e ministrada em um molde acadêmico do qual eu não me adaptava. Era uma aluna recém-formada no ensino técnico de uma escola totalmente voltada para o mercado de trabalho, que de repente caiu dentro de uma universidade que não me pareceu fazer grande esforço para garantir a uma estudante como eu, o mínimo de condições para uma adaptação básica.

Para bom entendedor, não preciso nem explicar... Essa reprovação logo no primeiro semestre me fechou inúmeras portas. Programas de extensão como iniciação científica, monitoria, intercâmbios... Nada me era permitido. Com o “histórico sujo”, me tornei uma aluna que pouco iria extrair da vivência acadêmica. Restringi-me a assistir aulas, me tornei uma aluna expectadora. E mesmo quando abri mão do emprego para somente estudar, as dificuldades financeiras me distanciaram ainda mais da academia, porque todo estudante sabe que se manter sem trabalho é muito dificultoso, mesmo com o suporte dos pais em relação à moradia, há limites para cada situação familiar e no meu caso, às vezes faltava recursos para transporte, alimentação no campus, compra de material para as aulas, por exemplo. O que obviamente, me fez voltar ao mercado de trabalho rapidamente, dificultando os estudos mais uma vez.

Dentro dessa experiência particular há muito a se refletir. Primeiramente, é evidente que a ideologia de mercado tão presente em nossa sociedade atual teve papel determinante na minha vivência acadêmica, fato tal que deve ser analisado com profundo cuidado. Não se trata de um discurso puramente ideológico, mas sim um fato concreto e real que se mostra cada vez mais na educação brasileira: Estamos tomando a educação como um grande mercado, onde o produto – no caso o diploma – é o objeto final e o processo é meramente reprodutor. Tal acusação diversas vezes usada para o ensino-privado, hoje pode também ser usada ao ensino público, quando de repente nos vimos imersos em um programa de expansão universitária que não prevê condições mínimas para que isso ocorra. E lamentavelmente, isso nos traz a uma realidade decadente, onde acadêmicos com currículos invejáveis de repente tentam nos empurrar um discurso pragmático e burocrático de que as coisas caminham a passos lentos e que devemos nos educar para transformar aos poucos essa realidade.

Depois, a falta de estrutura, acesso e permanência exercem uma influência na formação dos estudantes maior do que podemos enxergar a curto prazo. Todas as dificuldades enfrentadas diariamente pelos estudantes dificultam a vivência acadêmica, o que influencia diretamente nos moldes da universidade em que estamos, sendo fatores determinantes para compor a realidade do ensino público brasileiro. Ensino esse, que passa por mudanças estruturais em termos de políticas públicas nos levando a crer que caminhamos para uma democratização do ensino, quando na verdade, caminhamos rumo a sua massificação e sucateamento.

Não podemos nos deixar enganar por discursos simplistas que tentam nos convencer que ampliar as vagas é o primordial para democratizar o ensino superior. Pensar que ter a vaga garantida na universidade e ter bons professores garante uma formação de qualidade é uma ingenuidade de nossa parte. Democratizar não se resume a abrir mais salas e colocar pessoas lá dentro para estudar, mas é um processo de construção de uma realidade que possibilite a todos o acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade, porque o fruto disso é um retorno direto a nossa sociedade, papel que eu julgo ser o fundamental da academia.

Eu penso que expandir as vagas na universidade pública e entregá-la a uma ideologia mercantil é uma contradição, fruto de uma política ardilosa que nos passa despercebida. Veja bem, se a universidade pública é pensada para transformação da sociedade, incentivando a pesquisa e o aperfeiçoamento dos discentes para atuar como agentes de transformação, como podemos aceitar uma realidade que cada vez mais se distancia de sua origem? Devemos então pensar se é isso que realmente queremos para nós, uma universidade pública que cada dia se torna menos crítica e mais reprodutora de um modelo pré-existente.



Os argumentos para sustentar meu discurso se mostram cada vez mais evidentes. Olhemos para nosso campus e nosso histórico, motivos para lutar contra uma posição omissa do governo federal e seus representantes não nos falta, no entanto a participação é mínima em relação ao número de alunos do campus. Os motivos são vários, mas poderíamos agrupar todos em um único argumento: O individualismo do que poderíamos chamar de uma prática utilitarista da educação, onde se forma para atuar no mercado de trabalho e assim garantir uma ascensão social se torna mais importante do que pensar a real função de uma universidade pública dentro da sociedade. E não é uma crítica aos alunos que não se mobilizam, mas simplesmente uma constatação dos possíveis fatores sociais determinantes ao nosso “fracasso acadêmico”, que faz com que os estudantes se formem para reproduzir um modelo que por si só, me parece autodestrutivo. E isso não é fruto de um governo, mas um reflexo de um processo histórico.

Dentro disso, buscar melhorias pontuais sem realmente pensar os rumos da educação de nosso país é tapar o sol com a peneira. Nos orgulhar de ter mais alunos dentro da universidade enquanto os mesmos provavelmente sairão de lá para reproduzir um modelo de sociedade autodestrutivo não é algo coeso. E tenho desconfiança que o caminho que estamos trilhando nos levará a mesma situação que encontramos hoje na educação básica, onde a garantia do acesso não é a garantia de um ensino de qualidade.

Portanto, a única hipótese para aceitarmos ter aulas em baixo de árvores, seria uma proposta para uma aula diferenciada e direcionada a uma vivência pedagógica específica, do contrário, imaginar que isso sirva de discurso para justificar a nossa omissão frente à complexa situação que se encontra o ensino público superior brasileiro, é no mínimo uma irresponsabilidade. Irresponsabilidade que é reflexo direto do nosso “construtivismo acadêmico” que ao buscar novas apropriações da pensamento sobre a função social da academia, não consegue se livrar do entrave burocrático da nossa própria sociedade.

## Cartas

### **CARTA DOS ESTUDANTES DE HISTÓRIA SOBRE AULAS QUE OCORREM DURANTE A GREVE**

Para além do que é material, há outras possíveis conquistas em uma greve como o fortalecimento da organização política que tal processo nos proporciona. O amadurecimento decorrente da greve traz consigo também a necessidade de posturas mais firmes daqueles que nela se envolvem. Para não deixar passar tal questão, digamos, pois, quem são aqueles que estão envolvidos em um processo de greve e a partir disso, aproveitemos o momento para uma breve discussão sobre o que é soberano e o que é violento. Muitos dirão que há o direito individual de não fazer greve e de não acatar, portanto, o que por Assembleia for deliberado, uma vez que este espaço responde aos anseios de uma parcela dos estudantes, não do todo. Ainda complementarão dizendo que ocorre uma violência para com aqueles que entram em sala de aula seguindo um princípio do direito individual.

Ora, deveríamos então ceder aos anseios individuais em todos os momentos nos quais nossas posições não são contempladas pelo coletivo? Sabemos, a partir da vivência em sociedade, que esse não é o caminho. A Assembleia estudantil é o espaço máximo de debates e deliberações que possuímos, é um meio no qual se consegue estabelecer votações sem esvaziamento político. Um espaço de concentração dos anseios da coletividade e por tudo isso, os membros que a compõem a chamam: soberana. É também graças a esse espaço de ampla discussão que os métodos de luta podem ser questionados e outros pensamentos agregados a fim de que se dê uma ampliação da organização estudantil e, por conseguinte, as conquistas por nós almeçadas.

Se a Assembleia é um espaço de tamanha soberania porque então o piquete e outras intervenções às salas de aula se fazem necessárias? Porque infelizmente muitos fingem não reconhecer a vontade de uma maioria e para as deliberações serem respeitadas é preciso que se intervenha dentro dos espaços físicos. Nesse sentido, é costume dizer que o direito individual esta sendo corrompido e daí provém a tal violência. É violento, pois, obstruir salas de aula, mas entrar em aula desrespeitando as deliberações coletivas que acontecem em Assembleia (soberana e aberta) é um ato de liberdade e democracia? Não, sabemos que esse caminho também não é o melhor. A violência e a falta de democracia se dão no dia a dia de uma greve, quando determinados indivíduos (acostumados a agir dentro da coletividade em todas as esferas da sociedade) ignoram os anseios da maioria estudantil e se submetem a “pressões externas”. Por reconhecermos esta verdadeira violência e ainda corroborarmos a ideia de soberania das Assembleias e a importância de um todo mobilizado é que repudiamos ações que contrariem tais princípios.

Os estudantes não podem se sujeitar a quaisquer “pressões externas” que lhe são colocadas. Uma greve com conquistas e negociações possíveis acontece por meio da organização verdadeiramente coletiva que não prejudique outros colegas utilizando-se do falso argumento do direito individual. Repudiamos aulas que ocorram durante a greve porque estas sim são um instrumento violento e antidemocrático, uma ação opressiva e que desconsidera tudo que tentamos conquistar. Essas aulas demonstram um desrespeito a coletividade e a negligência para com aquelas que diariamente chamamos “colegas”. A maior manifestação individual possível dentro de um processo como o que vivenciamos atualmente é a utilização de nossas consciências no exame do que é certo ou errado para com aqueles que enfrentam conosco as mesmas dificuldades de transporte, moradia, alimentação e infraestrutura todos os dias dentro dessa universidade.

Por reconhecermos a legitimidade de uma assembleia soberana, com quórum mínimo e amplo espaço para discussão e por respeitarmos as decisões coletivas é que nós, estudantes de História reunidos em Assembleia de Curso no dia 11 de Abril de 2012, repudiamos o ato de “furar greve” por meio de aulas que ocorrem no CEU ou em quaisquer outros espaços e consideramos tal posição violenta e absolutamente antidemocrática.

**Assinam os estudantes de História,  
reunidos em Assembleia de Curso  
11 de Abril de 2012**

**Boletim do Movimento estudantil - pág 6**

**À comunidade acadêmica da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas:**

Há algum tempo a “crise da universidade pública” é alvo de discussão da academia. Desde os anos 70, as universidades de diversas localidades vêm sendo sucateadas, seja como meio de alavancar os lucros de algumas empresas via fundações de apoio, seja através da ampliação de vagas sem planejamento adequado.

Há mais de duas décadas a OMC (Organização Mundial do Comércio) colocou em sua agenda a necessidade da economia de mercado avançar nas áreas de educação, saúde e previdência social. É de acordo com estas diretrizes que no Brasil durante toda a década de 90 vimos um boom, financiado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) e outras agências estatais, do crescimento das universidades particulares. Ao mesmo tempo em que as universidades públicas, em especial as federais, sofreram, concomitantemente, um corte de verbas e um “projeto”, posteriormente, de súbita reversão com a ampliação desenfreada de vagas sem priorizar a qualidade do tripé (ensino, pesquisa e extensão). A questão, nesse sentido, não é a ampliação de vagas nas universidades federais ou públicas em geral, mas como essa ampliação vem ocorrendo.

O plano, já bastante avançado, é o de manter algumas poucas universidades ou alguns de seus campus como “centros de excelência”, quase em sua maioria, adaptados às exigências do mercado, enquanto a grande maioria deve formar profissionais qualificados, mão-de-obra especializada nos diversos ramos do conhecimento em espaços improvisados, ou seja, em infraestrutura precária, sem condições de acesso e permanência, sobretudo, nos campi onde os cursos não estão correlacionados diretamente às exigências do capital e, fantasmagoricamente, onde o perfil socioeconômico de boa parte dos alunos é desfavorável, vide os dados divulgados recentemente pela própria PRAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis) sobre os campus da Universidade Federal de São Paulo, onde Guarulhos é o que se encontra em situação mais problemática – algo reconhecido pelo senhor reitor Walter Manna Albertoni em matéria publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 12 de dezembro de 2011; contudo, sem relatar concretamente o que está sendo feito para resolver o problema, os dados são sempre colocados no vazio e pedindo uma e s p e r a a d e t e r n o .

Tendo em vista este contexto, nós, estudantes de pós-graduação da EFLCH da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) Campus Guarulhos, manifestamos através desta carta nosso apoio à greve dos estudantes de graduação

Concordamos com a Carta de Reivindicação dos Estudantes, que apresenta os quatro eixos de reivindicações – infraestrutura, acesso e permanência, repressão, transparência –, cujos aspectos os estudantes da pós-graduação identificaram como essenciais no desenvolvimento e consolidação do campus da EFLCH

Compartilhamos da necessidade imediata de um novo prédio para o campus, como ampliar as linhas de transportes municipais e intermunicipais, as políticas de permanência, que vão desde bolsas de auxílio-permanência até a efetiva construção de uma moradia estudantil, como maneira de reunir os estudantes num projeto participativo de sua arquitetura e ambiente habitado, e ampliar o bandeirão – e que esse seja subsidiado inteiramente com verba pública, com abertura de concurso público para a contratação de funcionários – e os laboratórios de informática e de fotocópias etc. Entendemos que a transparência nos processos administrativos e a não punição de estudantes que participam de atividades políticas são essenciais a qualquer instituição que se pretenda democrática e, que deste modo, priorize o diálogo com diferentes segmentos que a compõem (gestores, professores, funcionários e estudantes), visando a resolução participativa dos problemas. Por outro lado, a estratégia a ser utilizada para reverter o quadro de sucateamento de uma universidade ainda recém-nascida no que se refere, sobretudo, à área de humanas, não pode ser outro que o de ampliar a luta. Deste modo, também vemos a necessidade de buscar apoio de outras universidades públicas (de entidades e s t u d a n t i s e d o c o r p o d o c e n t e ) .

No que tange a nossa reflexão enquanto estudantes de pós-graduação, reiteremos que esses problemas, além de dificultarem o andamento das pesquisas e dos grupos de estudos, são entraves à consolidação e à manutenção dos programas de pós-graduação vigentes no campus, uma vez que demonstram a incapacidade da EFLCH de atender as exigências dos órgãos que financiam e avaliam esses programas. Por isso, uma universidade pública, democrática e que preze pela autonomia e pensamento crítico, precisa reunir as condições de infraestrutura básica para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, aspectos ainda não contemplados na realidade da EFLCH UNIFESP

**“Não serei o poeta de um mundo caduco. Também não cantarei o mundo futuro. Estou preso à vida e olho meus companheiros. Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças. Entre eles, considero a enorme realidade. O presente é tão grande, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”**

**(Carlos Drummond de Andrade. Obra: Sentimento do Mundo).**

**assinam esta carta:**

Ana Lídia Oliveira Aguiar  
Andrei Chikhani Massa  
Bruna Aline Scaramboni  
Cauê de Camargo Martins  
Clara Zeferino Garcia  
Clarissa Aguiar Noronha  
Deborah Schimidt Neves dos Santos  
Fernando Antonio Santana  
Gabriela Murua  
Gabriela Peters Cremasco Gonçalves  
Guilherme Tadeu de Paula  
Jéssica Ferreira Rodrigues  
Karine Assumpção  
Lais Fernanda Rodrigues  
Lucas Bernasconi Jardim  
Michele Corrêa de Castro  
Rafael Acácio de Freitas  
Rafael Marchesan Tauil  
Rafaela Fernandes Narciso  
Reinaldo Pereira Damião  
Ricardo de Lima Jurca  
Rubia de Araujo Ramos  
Sarah Ferreira de Toledo  
Sandro Barbosa de Oliveira  
Thais Azevedo da Costa Botelho  
Thiago Pacheco  
Valdir Lemos Rios

**EXPEDIENTE**

**Edição:** Comissão de comunicação do comando de greve UNIFESP Guarulhos.  
**Diagramação:** Júlia A., Jess.  
**Revisão de textos:** Angela S. Nathalia S.  
**Produção de textos:** Jonatas S., Bruno H., Nathalia S., Adélia P., Jess Q.